

**TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR**

<b>Edital 17/2024 jurídico CGPTE</b>	
<b>Título e Código do Projeto</b>	<b>914BRZ1149 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência</b>
<b>Local(s) de Trabalho</b>	<i>Brasília/DF</i>
<b>Período do contrato:</b>	<i>10 meses</i>
<b>Número de vagas:</b>	<i>2 (duas)</i>
<b>Enquadramento no Prodoc</b>	Resultado 1.1: Sistematização, análise e avaliação das experiências brasileiras e internacionais na implementação de programas de transferência direta de recursos para as escolas e programas de apoio ao transporte escolar elaborados e publicados. Atividade 1.1.6 Realizar estudos que subsidiem a DIRAE no redesenho de normas e práticas de avaliação dos programas de apoio à manutenção escolar, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas.

**1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

O Projeto de Cooperação Técnica objetiva o aprimoramento da capacidade institucional do FNDE, em especial da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Melhoria da Escola (CGDME) e da Coordenação Geral de Transporte Escolar (CGPTE), da Diretoria de Ações Educacionais (DIRAE), para se tornar referência nacional e internacional em políticas públicas de transporte e manutenção escolar de excelência, por meio do fortalecimento e consolidação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), do Programa Caminho da Escola. Os resultados propostos devem contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas educacionais e, como consequência, diminuir a desigualdade educacional e alcançar melhores índices de acesso e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

Para atingir esse objetivo, o projeto visa fortalecer e consolidar três programas principais: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate). Os resultados esperados incluem melhorias significativas nessas políticas educacionais, contribuindo assim para a redução da desigualdade no acesso à educação e para o aprimoramento dos índices de aprendizagem dos estudantes brasileiros.

No FNDE, a Coordenação-Geral da Política do Transporte Escolar (CGPTE), vinculada a Diretoria de Ações Educacionais – DIRAE, tem como atribuições principais planejar a necessidade de recursos voltados à política pública de transporte escolar, gerir programas de assistência técnica e financeira no âmbito do transporte escolar e implementar projetos e ações voltados ao monitoramento da execução dos programas federais de transporte escolar – Caminho da Escola e Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).

Dessa forma, é evidente a necessidade de contratação de consultoria especializada para atender às demandas específicas relacionadas à análise jurídica e à gestão dos Programas PNATE e Caminho da Escola, garantindo a conformidade com as exigências dos órgãos de controle e o aprimoramento dos processos internos. Um dos objetivos é realizar análises das recomendações emitidas pela CGU e pelo TCU nos anos de 2023 e 2024, identificando implicações jurídicas e propondo medidas preventivas e ajustes normativos para mitigar riscos e evitar a recorrência de problemas semelhantes. Paralelamente, é necessário concentrar esforços na regularidade jurídica da prestação de contas, com propostas voltadas à simplificação dos processos e à garantia de conformidade normativa. Além disso, serão avaliados os impactos do modelo BB Ágil e das reprogramações contratuais, com a apresentação de adequações que assegurem segurança jurídica, eficiência administrativa e transparência. Essas iniciativas contribuirão para fortalecer a gestão

pública e atender às exigências legais de forma eficaz.

Ressalta-se a inexistência de profissionais com esse perfil disponíveis na Autarquia para o desenvolvimento das atividades.

## 2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

a) **Resultado 1.1:** Sistematização, análise e avaliação das experiências brasileiras e internacionais na implementação de programas de transferência direta de recursos para as escolas e programas de apoio ao transporte escolar elaborados e publicados.

b) **Atividade 1.1.6** Realizar estudos que subsidiem a DIRAE no redesenho de normas e práticas de avaliação dos programas de apoio à manutenção escolar, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas.

## 3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELOS CONSULTORES

### Consultor 1

1. Realizar levantamento e análise das recomendações emitidas pela CGU e pelo TCU em 2023 e 2024 relacionadas ao PNATE e ao Programa Caminho da Escola.
2. Identificar os principais riscos jurídicos associados às recomendações e elaborar diagnóstico das implicações para a gestão dos programas.
3. Propor medidas preventivas e ajustes normativos para mitigar riscos identificados, considerando a legislação vigente e as boas práticas de gestão pública.
4. Produzir um documento técnico consolidando as análises e diagnósticos realizados, incluindo recomendações para aprimorar a gestão e prevenir recorrências de problemas.
5. Participar de reuniões técnicas com gestores dos programas para validar as propostas e garantir alinhamento com os objetivos institucionais.
6. Apresentar os documentos técnicos para apreciação da área técnica demandante, providenciando ajustes, se necessário.

### Consultor 2

1. Mapear as dificuldades enfrentadas pelos gestores na prestação de contas do PNATE e do Programa Caminho da Escola, com base nas exigências legais e normativas vigentes.
2. Analisar juridicamente os impactos do modelo BB Ágil e das reprogramações contratuais nos dois programas, avaliando aspectos de segurança jurídica, eficiência e transparência.
3. Propor ajustes nos instrumentos normativos e diretrizes jurídicas para simplificar os processos de prestação de contas e assegurar conformidade com os princípios constitucionais.
4. Elaborar documentos técnicos que consolidem os estudos realizados, apresentando soluções práticas e juridicamente embasadas para os desafios identificados.
5. Participar de reuniões técnicas com gestores dos programas para validar as propostas e garantir alinhamento com os objetivos institucionais.
6. Apresentar os documentos técnicos para apreciação da área técnica demandante, providenciando ajustes, se necessário.

## 4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

### Consultor nº 1 –Coordenação de Apoio ao Caminho da Escola

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
<b>Documento Técnico “A”</b> – contendo uma análise detalhada das demandas e recomendações impostas pela Controladoria-Geral da União (CGU) ao PNATE no ano de 2023, abordando as implicações jurídicas relacionadas e os possíveis impactos para a gestão do programa. O estudo incluirá a proposição de medidas	45 dias

preventivas e ajustes normativos necessários para mitigar riscos e evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro.	
<b>Documento Técnico “B”</b> – contendo uma análise detalhada das demandas e recomendações impostas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao PNATE no ano de 2024, abordando as implicações jurídicas relacionadas e os possíveis impactos para a gestão do programa. O estudo incluirá a proposição de medidas preventivas e ajustes normativos necessários para mitigar riscos e evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro.	105 dias
<b>Documento Técnico “C”</b> – contendo uma análise detalhada das demandas e recomendações impostas pela Controladoria-Geral da União (CGU) ao Programa Caminho da Escola no ano de 2023, abordando as implicações jurídicas relacionadas e os possíveis impactos para a gestão do programa. O estudo incluirá a proposição de medidas preventivas e ajustes normativos necessários para mitigar riscos e evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro.	165 dias
<b>Documento Técnico “D”</b> – contendo uma análise detalhada das demandas e recomendações impostas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao Programa Caminho da Escola no ano de 2024, abordando as implicações jurídicas relacionadas e os possíveis impactos para a gestão do programa. O estudo incluirá a proposição de medidas preventivas e ajustes normativos necessários para mitigar riscos e evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro.	225 dias
<b>Documento Técnico “E”</b> – contendo análise consolidada das demandas e recomendações emitidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e ao Programa Caminho da Escola, nos anos de 2023 e 2024. Com base nos diagnósticos, são propostas medidas para mitigar riscos, ajustar práticas normativas e aprimorar a gestão pública de ambos os programas.	45 dias

#### Consultor nº 2 – Coordenação de Apoio ao Transporte Escolar

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
<b>Documento Técnico “A”</b> – contendo uma análise detalhada sobre a regularidade jurídica na prestação de contas do PNATE, com foco nas obrigações legais dos gestores e nas exigências normativas para comprovação da aplicação dos recursos, apontando as principais dificuldades enfrentadas pelos gestores no cumprimento das regras e propondo ajustes para simplificar os processos de prestação de contas e assegurar a conformidade com as normas jurídicas aplicáveis.	45 dias
<b>Documento Técnico “B”</b> – contendo uma análise detalhada sobre a regularidade jurídica na prestação de contas do Programa Caminho da Escola, com foco nas obrigações legais dos gestores e nas exigências normativas para comprovação da aplicação dos recursos, apontando as principais dificuldades enfrentadas pelos gestores no cumprimento das regras e propondo ajustes para simplificar os processos de prestação de contas e assegurar a conformidade com as normas jurídicas aplicáveis.	105 dias
<b>Documento Técnico “C”</b> – contendo uma avaliação jurídica sobre os reflexos do modelo BB Ágil nas obrigações contratuais e responsabilidades dos gestores no âmbito do PNATE, analisando o impacto do modelo ágil nos requisitos legais relacionados à celebração, execução e encerramento dos contratos do PNATE, incluindo propostas de ajustes nos instrumentos e diretrizes jurídicas específicas para garantir a segurança jurídica e a eficiência administrativa, com atenção à	165 dias

transparência e responsabilidade fiscal, propondo adequações legais que assegurem o cumprimento dos princípios constitucionais de legalidade e eficiência.	
<b>Documento Técnico “D”</b> – contendo avaliação jurídica sobre os reflexos das reprogramações no âmbito do Programa Caminho da Escola, abordando as obrigações contratuais e as responsabilidades dos gestores. O estudo analisará o impacto dessas reprogramações nos requisitos legais relacionados à celebração, execução e encerramento dos contratos, incluindo propostas de ajustes nos instrumentos e diretrizes jurídicas específicas para assegurar a segurança jurídica, a eficiência administrativa e a transparência. Serão apresentadas adequações legais que garantam o cumprimento dos princípios constitucionais de legalidade e eficiência.	225 dias

## 5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

## 6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

### 6.1. Obrigatórios:

- Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- Formação Acadêmica:** Pós-graduação, em nível de especialização relacionado à área de formação, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC
- Experiência profissional:** mínima de 5 (cinco) anos de experiência em acompanhamento de processos e elaboração de relatórios e/ou pareceres.
- Experiência profissional:** mínima de 04 (quatro) anos na administração pública.

A experiência e o conhecimento profissional deverão ser demonstrados por prova material, tais como certificados de proficiência, contratos, declaração de atividades, carteira de trabalho, curso de capacitação, declarações de aptidão e trabalhos já realizados, publicações de artigos ou teses e, por fim, participação em comitês, comissões e colegiados.

### 6.2. Desejáveis:

- Experiência profissional mínima de 03 (três) anos na em assessoria e/ou consultoria jurídica.

## **7 - Processo seletivo**

- 7.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada, preferencialmente, por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo no mínimo 2 (dois) servidores do FNDE, e podendo ser um representante da coordenação do Organismo Internacional.
- 7.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.
- 7.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.
- 7.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

### **7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC**

- a) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital;
- b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora do prazo estipulado no edital;
- c) Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- d) Nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência
- e) As candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- f) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.
- g) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.  
 $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;
- h) O candidato precisará obter, no mínimo, 40 pontos nesta etapa para ir para entrevistas.

### **7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE**

- a) Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando no mínimo 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- b) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- c) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- d) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato:  
 $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;
- f) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

### **7.4.3 TERCEIRA ETAPA - Análise documental/convocação**

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail [914BRZ1149@fnde.gov.br](mailto:914BRZ1149@fnde.gov.br);
- d) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”,

“Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.

- e) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- f) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- g) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

#### 7.4.4 Critérios de desempate

- a) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos de experiência na administração pública.
- b) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos de experiência na em assessoria e/ou consultoria jurídica.
- c) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de análise curricular.

### 8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

#### Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	<b>Obrigatório</b> - Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC e <b>Obrigatório:</b> Pós-graduação, em nível de especialização relacionado à área de formação, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC	[100%] 10 pontos: Mestrado ou Doutorado [90%] 9 pontos: pós graduação	10
2	Experiência do candidato	É <b>obrigatória</b> experiência profissional: mínima de 5 (cinco) anos de experiência em acompanhamento de processos e elaboração de relatórios e/ou pareceres	[100%] 20 pontos: 7 (sete) ou mais anos de experiência [85%] 17 pontos: 6 (seis) anos [70%] 14 pontos: 5 (cinco) anos	20

		É <b>obrigatória</b> experiência profissional: mínima de 04 (quatro) anos na administração pública.	[100%] 30 pontos: 6 (seis) ou mais anos de experiência [85%] 25,5 pontos: 5 (cinco) anos [70%] 21 pontos: 4 (quatro) anos	30
		É <b>desejável</b> experiência profissional mínima de 03 (três) anos na em assessoria e/ou consultoria jurídica.	[100%] 20 pontos: 5 (cinco) ou mais anos de experiência [85%] 17 pontos: 4 (quatro) anos [70%] 14 pontos: 3 (três) anos	20
3	Entrevista	Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Domina os temas relacionados ao objeto da contratação descrito no edital, especificamente os Programas PNATE e Caminho da Escola.	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
TOTAL				100

## 9 – LOCAL DE TRABALHO:

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho. Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio Consultor.

## 10 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei

9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

## **11 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os produtos deverão ser entregues à Coordenador-Geral da Política do Transporte Escolar - CGPTE por meio eletrônico, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital contendo a assinatura do consultor, na capa.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

.

Brasília/DF, dezembro de 2024.